



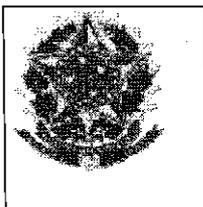
MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

1ª Reunião Extraordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

07 e 08 de outubro de 2008

**BRASÍLIA-DF
2008**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-
SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial- CNPIR

1
2 **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO**
3 **NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL- CNPIR**
4

5
6 Aos dias sete e oito de outubro de dois mil e oito, no Auditório do Bloco A,
7 Subsolo, Esplanada dos Ministérios, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a
8 Primeira Reunião Extraordinária do CNPIR, com a presença dos seguintes
9 conselheiros representantes de entidades da sociedade civil: **Cláudio**
10 **Aparecido da Silva**, titular- Associação Serumano- Bocada Forte; **João**
11 **Carlos Borges Martins**, suplente- Associação Nacional dos Coletivos de
12 Empresários Negros e Empreendedores Afro- Brasileiros ANCEABRA;
13 **Kabengele Munanga**, Notório Saber; **Edson França**, titular- União de Negros
14 pela Igualdade - UNEGRO; **Sérgio Niskier**, titular- Confederação Israelita do
15 Brasil - CONIB; **Ana José Alves Lopes**, titular- Fórum Nacional de Mulheres
16 Negras - FNMN; **Maria do Carmo dos Santos Gonçalves**, suplente-
17 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; **José Cristiano Lima**
18 **Pereira**, suplente- Central de Movimentos Populares - CMP; **Neusa Maria**
19 **da Rocha Carvalho**, suplente- Federação Nacional das Associações de
20 Doença Falciforme - FENAFAL; **Vera Lúcia Fermiano**, titular- Articulação de
21 Mulheres Negras Brasileiras - AMNB; **Maria Helena Azumehero**, titular-
22 Conselho Nacional de Mulheres Indígenas - CONAMI; **Genaldo Antonio dos**
23 **Santos Novaes**, titular- Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira
24 - INTECAB; **Maria Aparecida de Matos**, suplente- Rede Amazônia Negra -
25 RAN; **Pedro Paulo da Cunha Carvalho**, titular, **Paulo Axé** - Rede Amazônia
26 Negra - RAN; **Marcos Benedito**, titular- Central Única dos Trabalhadores -
27 CUT; **Cleide Hilda de Lima Souza**, titular- Coordenação Nacional de
28 Entidades Negras - CONEN; **Ari Antonio dos Reis**, titular- Conferência
29 Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; **Jacinta Maria Santos**, titular- Agentes
30 de Pastoral Negros - APNs; e **Ione Santana de Oliveira**, titular- Federação
31 Nacional dos Trabalhadores Domésticos - FENATRAD. A reunião também
32 contou com a participação dos seguintes representante do Poder Público

33 Federal: **Helena de Carvalho Fortes** - titular, Ministério da Ciência e
34 Tecnologia; **Clarice Maria Ferreira**, suplente - Ministério das Comunicações;
35 **Marcel Cláudio Sant'Ana**, suplente - Ministério das Cidades; **Daniela Cruz de**
36 **Carvalho**- Ministério da Integração; **Valdecir Barella**, titular- Ministério da
37 Justiça; **Luciana Conceição Santos da Mota**, suplente- Fundação Cultural
38 Palmares; **Sidnei Sousa Costa**, suplente - Secretaria Especial de Direitos
39 Humanos da Presidência da República; **Aderval Costa Filho**, titular - Ministério
40 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; **Débora Nogueira Beserra**,
41 titular - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; **Melissa Curi**,
42 suplente - Fundação Nacional do Índio - FUNAI; **Maria Auxiliadora Lopes**,
43 suplente - Ministério da Educação; **Manoel Messias de Souza Ribeiro**,
44 suplente - Secretaria Geral da Presidência da República; e **Rui Leandro da**
45 **Silva Santos**, suplente - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **ITEM 1 –**
46 **ABERTURA** – Secretária Executiva **Oraida Abreu** procedeu à abertura dos
47 trabalhos, cumprimentando os presentes. Destacou o fato de se tratar da 1ª
48 Reunião Extraordinária do Conselho, em decorrência de assuntos importantes
49 que precisavam ser tratados e que não fora possível discuti-los na 17ª Reunião
50 Ordinária. Informou que o ministro Edson Santos não pôde estar presente, em
51 razão de estar cumprindo agenda fora de Brasília com o Presidente da
52 República e o Secretário Adjunto, participando da reunião da Direção que
53 acontecia concomitantemente à do Conselho. Assim, na condição de
54 Secretária Executiva e, de acordo com o Regimento Interno, disse que
55 assumiria os trabalhos na reunião com a colaboração da representação da
56 sociedade civil. A seguir, justificou a ausência do conselheiro Elayan Taher
57 Aladin que por motivo de doença não pudera comparecer e repassou para o
58 plenário todos os itens propostos na pauta. Antes de entrar para o próximo
59 tema, solicitou aos Conselheiros que fosse feita uma rodada de
60 apresentações, cada um dizendo o nome e as respectivas representações
61 **ITEM 2 – DINÂMICA E FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DO CNPIR -**
62 **2008/REGIMENTO INTERNO/CNPIR E DOCUMENTO- PLANEJAMENTO-**
63 **2007-** Como já havia sido encaminhado com antecedência para os
64 Conselheiros o texto por meio eletrônico e impresso, a Secretária – Executiva
65 passou ao ponto de pauta , dizendo que a proposta era discutir os itens que
66 fossem destacados. A seguir, o Conselheiro **Edson França** disse que o

67 Regimento em vigor fora formulado com base no Decreto que instituíra o
68 Conselho e tinha a finalidade de regulamentar o seu funcionamento. Ainda que
69 se tratasse de um novo colegiado, não entendia o porquê da proposta de
70 reformulá-lo. A Secretária Executiva **Oraida Abreu** informou que as alterações
71 ou não no Regimento Interno dependiam da avaliação dos Conselheiros, por
72 ser um documento de referência para o Conselho precisa estar atualizado e
73 compatível com as demandas do Plenário.. Conselheira **Vera Ferminano**
74 chamou a atenção para o caráter consultivo do Conselho e solicitou que fosse
75 alterado, na Portaria que designa os Conselheiros para compor o CNPIR no
76 biênio 2008- 2010, o nome da sua entidade para “articulação de organizações
77 de mulheres negras brasileiras”. A Secretaria Executiva disse que seria feita a
78 alteração. A propósito, informou que essa Portaria sofreria alterações, porque
79 algumas entidades e ministérios indicaram outros representantes em
80 substituição aos atuais. Assim, se os Conselheiros identificassem outras
81 alterações que devessem ser feitas, que se manifestassem. Conselheiro
82 **Cláudio Aparecido da Silva** solicitou alteração no nome da entidade que
83 representa que será denominada, Associação Serumano- Bocada Forte de
84 HIP HOP. Em relação ao questionamento feito pela Conselheira **Vera**
85 **Fermiano** no que diz respeito ao caráter consultivo do Conselho, a Secretária
86 Executiva explicou que o Regimento, segue o preconizado no Decreto 4885,
87 notadamente o art. 1º que diz ser o Conselho órgão colegiado de caráter
88 consultivo. A Conselheira **Vera** sugeriu a revisão artigo 8º do Regimento
89 Interno que dispõe sobre o quórum para a realização das reuniões do
90 Conselho, argumentou que hoje o Regimento estabelece um quórum de
91 maioria absoluta. Fato esse, que pode inviabilizar, em determinada situação,
92 que a reunião venha a ser realizada. Propôs, portanto, que a redação
93 contemple o quórum de maioria absoluta em um primeiro momento e, após,
94 com qualquer número. Conselheiro. Conselheira **Ana José Lopes** ressaltou a
95 importância de se estabelecer um quórum mínimo para o início das reuniões,
96 porque, não sendo assim, poder-se-ia correr o risco de ver matérias
97 importantes serem aprovadas por um ou dois Conselheiros, o que não
98 caracteriza um processo democrático. Também foram avocadas questões
99 relacionadas ao envolvimento dos representantes governamentais no
100 colegiado, na composição anterior, a presença não foi constante. Conselheira

101 **Vera Ferminano** manifestou-se no sentido de ressaltar duas questões que
102 considerou importante. A primeira relacionada com a responsabilidade que as
103 instituições governamentais e a sociedade civil têm para com o CNPIR. Na
104 ausência da titularidade que enviassem os suplentes para garantir a
105 legitimidade dos debates e dos encaminhamentos. A segunda observação
106 referiu-se à proposta de garantir dois quartos dos Conselheiros para a
107 realização das reuniões. A Secretária Executiva informou que de acordo com o
108 artigo 4º, do Decreto 4.885, os Conselheiros poderão perder o mandato antes
109 do prazo de dois anos nos seguintes casos: I – por renúncia; II – pela ausência
110 imotivada em três reuniões consecutivas do CNPIR; e III – pela prática de ato
111 incompatível com a função de conselheiro, por decisão da maioria absoluta dos
112 membros do CNPIR. Parágrafo único – no caso de perda do mandato, será
113 designado novo Conselheiro para a titularidade da função. Disse, inclusive,
114 que, para garantir a presença dos ministérios, o Decreto foi alterado, no sentido
115 de incluir mais uma suplência para cada representação do poder público
116 federal. Após intenso debate foi aprovado o seguinte encaminhamento: será
117 mantido o texto do artigo 8º do Regimento Interno do CNPIR para a
118 primeira convocação das reuniões e será incluído no texto que, para a
119 segunda convocação, após 30 minutos, será exigido o quórum de um terço
120 dos 44 Conselheiros. Conselheiro **Sergio Niskier** interveio para sugerir que,
121 no artigo 9º do Regimento, fosse colocado um item que garantisse o debate de
122 assuntos relevantes que não estivessem contemplados nas “matérias
123 agendadas”. Conselheiro **Aderval Costa Filho** disse que esta questão poderia
124 ser incluída quando da leitura e aprovação da “ordem do dia”. Tanto que essa
125 já é uma prática do CNPIR. Havendo uma matéria relevante surgida após as
126 agendadas, o Conselheiro pode propor a inclusão desta na pauta e, se
127 aprovada, será debatida na reunião. Por oportuno, sugeriu que os informes não
128 fossem feitos no começo da reunião e sim no final, o que foi acatado pelo
129 Plenário, **os informes serão dados, no segundo dia, passarão a constar**
130 **como o último ponto de pauta.** Para as reuniões extraordinárias foi aprovada
131 a manutenção do texto do artigo 8º do Regimento já aprovado para as reuniões
132 ordinárias. A Secretária Executiva **Oraida Abreu** solicitou aos Conselheiros
133 que ficassem atentos à forma de funcionamento do CNPIR. Para tanto, falou

134 sobre a convocação das reuniões, da presença do suplente na ausência do
135 titular com direito a voz e a voto. Conselheiro **Edson França** abordou a
136 questão da participação do titular no processo de funcionamento do Conselho,
137 transferindo-se a experiência na composição passada. Disse que era convocado
138 na ausência do seu titular, porém, sua participação nos debates ficava, de certa
139 forma, comprometida porque os temas em andamento não eram
140 compartilhados com o suplente. Em razão disso, ponderou que seria pertinente
141 que o colegiado buscasse outra maneira de envolver os suplentes no cotidiano
142 do Conselho. Sugeriu que o material relacionado com os assuntos importantes
143 pudesse ser socializado com os suplentes. A Conselheira **Maria Aparecida**
144 **Matos**, corroborando com a fala anterior disse, que a Rede Amazônia Negra
145 é composta por nove estados, cujos suplentes são de diferentes regiões.
146 Indagou como o suplente poderá participar da Conferência Nacional, ainda que
147 seja sem direito a voz e a voto. A Secretária Executiva em relação à suplência,
148 disse que há Conselhos em que a suplência não é da mesma entidade do
149 titular. É desejável que haja integração entre o titular e o suplente, para
150 garantir a socialização das informações e assegurar a participação qualificada
151 de todos neste processo. Conselheiro **Cláudio Aparecido da Silva** solicitou
152 que os suplentes recebessem todo o material disponibilizado para os titulares e
153 que os titulares mantivessem os seus suplentes informados dos assuntos
154 tratados e encaminhados no plenário, para que, quando forem convocados
155 para as reuniões, possam participar dos debates com conhecimento de causa.
156 Sugeriu também que se discutisse a participação dos suplentes na 2ª
157 Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial. Houve várias
158 intervenções que ratificaram a importância da presença do titular e do
159 suplente nas reuniões do Conselho. Porém, se a proposição não for
160 aprovada, foi sugerido que o participante da reunião fizesse um relatório para o
161 que não veio. Dessa forma, ambos estariam informados do que acontece nas
162 reuniões. Por oportuno, houve um questionamento para saber se a vaga é da
163 pessoa ou da entidade. Em retorno, a Secretária Executiva **Oraida Abreu** disse
164 que a vaga é da entidade/instituição e não da pessoa indicada. Em relação ao
165 pleito que diz respeito à participação dos titulares e suplentes na reunião, falou
166 que serão encaminhadas ao Ministro e à direção da SEPPIR, mas lembrou da
167 questão orçamentária que é determinante nesses tipos de demanda. Sugeriu

168 que fosse feito um esforço de os Conselheiros presentes às reuniões
169 repassarem as informações para os seus pares. Na seqüência, solicitou que o
170 Plenário se manifestasse a respeito da data da próxima reunião ordinária do
171 CNPIR, apresentando como sugestão o início de dezembro. Entretanto, deixou
172 para os Conselheiros avaliarem e se manifestarem sobre a questão. Na
173 seqüência falou sobre o documento elaborado pelo Plenário anterior,
174 denominado Planejamneto – 2007, quando uma comissão de Conselheiros
175 elaborou a presente proposta. Compuseram a Comissão de Planejamento os
176 Conselheiros: Flávio Jorge, Mônica Oliveira, João Bosco, Ronald Barbosa,
177 Eunice Léa de Moraes e Débora Santos, a referida comissão contou com a
178 colaboração da Secretária Executiva do CNS, Eliane Cruz que contribuiu
179 significativamente no processo. A Secretária Executiva **Oraida Abreu** lembrou
180 que existe um grupo cadastrado na internet onde são disponibilizadas todas as
181 informações importantes, sendo esta uma das estratégias utilizadas para
182 superar as dificuldades na divulgação das informações. Reconheceu, todavia,
183 que o acesso à internet não é uma realidade brasileira. Há lugares em que não
184 existe sinal, em outros é precário, provocando demora no acesso. Falou, ainda,
185 ser relevante, na próxima reunião ordinária, definir o calendário das reuniões
186 do Conselho. Também ressaltou a importância de serem definidos os pontos
187 estratégicos para debate no colegiado, citando como exemplo o Estatuto da
188 Igualdade Racial. A apresentação e o debate seriam feitos pela manhã e a
189 tarde, encaminhamentos e deliberações. Em relação à pauta e à ata, a
190 proposta foi de que seriam encaminhadas pela Secretaria Executiva do CNPIR
191 aos Conselheiros, via e-mail, até três semanas antes da realização da reunião
192 ordinária e as sugestões de aperfeiçoamento devem ser encaminhadas à
193 Secretaria Executiva com proposta de redação alternativa, que serão
194 incorporadas e depois novamente encaminhadas para os Conselheiros. Deixou
195 claro que não serão acolhidas sugestões sem o texto alternativo. **Aprovada a**
196 **data de 9 e 10 de dezembro para a Reunião Ordinária do Conselho.** Foi
197 **aprovado que a definição do calendário de reuniões para o ano de 2009, será**
198 **objeto de discussão na próxima reunião ordinária. Foi aprovado também,**
199 **debater o processo de composição da Comissão Organizadora e demais**
200 **comissões da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial**
201 **na próxima Reunião Ordinária do Conselho.** Conselheiro **Edson França,**

202 em relação à questão do Planejamento , disse que a discussão estava
203 invertida, haja vista que, na gestão passada do Conselho, uma comissão
204 preparou uma proposta que foi apresentada e aprovada pelo Plenário. Em
205 razão disso, defendeu que se acatasse o já construído e se procurasse
206 aperfeiçoar o processo na medida da necessidade. Disse que um dos
207 aspectos que precisa mudar na prática e que deve constar do Regimento é o
208 caso da suplência, porque, a considerar a forma como se trabalhou na gestão
209 passada pode-se avaliar que foi ruim. Conselheiro Cláudio Aparecido sugeriu,
210 então, que se passasse para o debate da composição das comissões. No mais,
211 entendia que se deveria acatar o que estava em funcionamento e no decorrer
212 do processo alterar o que for preciso, o que foi acatado pelos presentes. A
213 Secretária Executiva, antes de encerrar a reunião, destacou que o retorno à
214 tarde estava previsto para às 14horas. **ITEM 3 – ESTATUTO DA IGUALDADE**
215 **RACIAL.** Apresentação, Assessoria Parlamentar: **Benedito Cintra e Ernesto**
216 **Luís Pereira Filho,** Coordenação da mesa: Dr. **Elói Ferreira.** Antes de iniciar,
217 a Secretária Executiva **Oraida Abreu,** justificou a ausência do Conselheiro
218 **Geraldo Vítor,** representante do MinC, que se encontrava em viagem ao
219 Nordeste. O Conselheiro **Sérgio Nisker,** representante da Confederação
220 Israelita do Brasil- CONIB, pediu desculpas por precisar se ausentar no
221 segundo dia de reunião, porque era o dia do perdão, dia sagrado para a sua
222 religião. Desejou bom trabalho aos Conselheiros e colocou-se à disposição
223 para contribuir nas comissões. Senhor **Benedito Cintra,** ao iniciar a sua fala,
224 cumprimentou a todos e, depois, contextualizou o debate do Estatuto da
225 Igualdade Racial. Disse que a idéia do Estatuto existe no Congresso há, pelo
226 menos, dez anos. A primeira proposição foi feita em 1999, pelo então Senador
227 Abdias do Nascimento. Essa proposta dava conta de um debate que havia na
228 época, acerca não só do movimento, mas também da sua evolução como, no
229 caso, a das bandeiras anti-racista. O senador Abdias apresentou um conjunto
230 de proposições que correspondia à expectativa do momento. Essas
231 proposições, com a saída dele do Senado, acabaram não vingando no
232 Congresso Nacional. A proposta foi para a Câmara dos Deputados e lá ficou
233 parada. O movimento, ao alargar o horizonte de sua luta, acabou em outra
234 pressão em 2002, fazendo que outras proposições a respeito aparecessem na
235 Câmara e no Senado. Em 1999, uma deputada do então PFL entrou com um

236 Projeto de Lei que dava conta das cotas sociais, sobretudo para alunos vindos
237 de escola pública, e que hoje é a base do PL sobre as cotas que se encontra
238 na Câmara dos Deputados. No ano 2000, o deputado Paim também
239 apresentou uma proposta de estatuto, baseada numa articulação que já existia
240 de autoria do senador Sarney que visava ampliar os horizontes e os espaços
241 de direitos da população negra. Essa proposição tramitou até pouco tempo e
242 com a eleição do senador Paim, este fez a mesma proposta que se converteu,
243 então, na base da proposta que se encontra na Câmara dos Deputados. O
244 Estatuto é, pois, o resultado de uma luta antiga e de um pensamento, às vezes
245 mais avançado às vezes menos. Reconheceu que há abismos na sociedade
246 brasileira, tanto que, quando se pensou na primeira Constituição do Brasil, em
247 1824, os homens públicos encarregados de lavrar essa constituição pensaram
248 em um possível Código Negro, para dar conta do debate que havia sobre a
249 escravidão. Na verdade esse código nunca foi criado e nem se sabe como
250 seriam tratados os direitos dos negros. Com o advento do governo Deodoro
251 acabou tomando outras iniciativas. Tal como naquela época, a história está se
252 repetindo com o Estatuto, embora o contexto atual seja diferente, uma vez que
253 o Brasil vive uma democracia liberal. O movimento, hoje, assim como no
254 passado, não tem uma sólida articulação no Congresso nem na Câmara para
255 garantir a aprovação de matérias de seu interesse. Disse que a SEPPIR
256 equacionou estratégias para atuar no Congresso, que podem ser traduzida nas
257 seguintes ações: sensibilização dos congressistas para aprovação das cotas
258 nas universidades; a anistia de João Cândido, esta já alcançada: aprovação do
259 estatuto da Igualdade Racial e obstaculização das propostas contrárias a atual
260 política de quilombos. Nessa perspectiva, a SEPPIR, juntamente com as duas
261 marchas que ocorreram em Brasília em razão da morte de Zumbi, pressionou
262 Congresso para a aprovação do Estatuto. Foi, então, aprovada a proposta do
263 senador Paulo Paim, no Senado, sem contemplar o caráter reparatório do
264 Estatuto. Sendo assim, a eficácia seria relativa. Já na Câmara foi incorporado o
265 caráter impositivo de lei, entretanto não contempla a fonte de financiamento,
266 fato este que não condiz com o desejo de se avançar nas políticas afirmativas.
267 Explicou que, apesar disso, a solução encontrada foi articular a aprovação do
268 Estatuto sem o aporte financeiro, com a idéia de que isso seja conseguido
269 através de uma emenda constitucional. Assim, foi aprovado no Senado e

270 encaminhado à Câmara dos Deputados. Em 2007, atendo uma solicitação da
271 SEPPIR e também do movimento negro foi formada uma Comissão Especial
272 para examinar a proposta encaminhada pelo Senado. Como o Presidente da
273 República já se manifestou em duas oportunidades que é favorável ao Estatuto
274 e que este se constitui uma das prioridades da política governamental no que
275 diz respeito à promoção da igualdade racial, a SEPPIR entende que seja este o
276 momento propício para envidar esforços e aprovar o Estatuto. Lembrou que a
277 proposta que está na Câmara ao invés de tratar a população de “afro-
278 brasileira”, trata de “negros e negras brasileiros”. Explicou ainda que o texto
279 inclui os avanços ocorridos na área da saúde. Enfim, disse que o substitutivo
280 da Câmara é mais atualizado e incorpora, de certa forma, mais direitos. Afora
281 essas questões, falou que há incompreensão da sociedade brasileira em
282 relação às políticas de desenvolvimento social no Brasil. Por essa razão,
283 muitos segmentos sociais se manifestam contrários a essas iniciativas. Não
284 fossem esses aspectos, há ainda divergências dentro do movimento negro e a
285 questão dos quilombolas que envolvem propriedades que estão em
286 mananciais, jazidas, área de segurança nacional e de alto potencial turístico.
287 Em uma economia capitalista isso representa muito dinheiro em jogo. Também
288 nesse debate levantou dois pontos que devem ser considerados: a bancada
289 evangélica que tem uma posição divergente quanto às religiões africanas; e o
290 problema das cotas, porque muitos parlamentares defendem cotas sociais e
291 não cotas raciais. Disse, ainda, que esse era o contexto da proposta do
292 Estatuto que se encontrava na Câmara e que precisa de uma grande
293 mobilização do movimento negro para ser aprovada e há expectativa de que
294 isso ocorra em novembro Para finalizar, disse que há duas ações importantes
295 que devem ser garantidas para esse processo: unificar o governo em torno da
296 proposta do Estatuto e fazer uma mobilização organizada na Câmara dos
297 Deputados, pedindo, inclusive, o apoio do Ministro Edson nesse sentido. A
298 seguir houve a manifestação do **Ernesto Luiz Pereira Filho**, que considerou
299 elucidativa a apresentação do seu antecessor. Apesar disso, chamou a
300 atenção para a necessidade de se articular uma estratégia para aprovar o
301 Estatuto em novembro. Há informação de que será votado no dia 14 de
302 novembro, na Comissão Especial, onde existe um clima favorável à proposta.
303 Porém, o mesmo não acontece no plenário da Câmara. Em sua opinião, o ideal

304 seria que saísse da Câmara em caráter terminativo, porque no Senado a
305 possibilidade de ser aprovado é grande. Sugeriu como forma de pressão
306 encaminhar muitos e-mails para os deputados e o CNPIR acompanhar o
307 processo. O Coordenador da mesa, Dr. **Elói Ferreira**, agradeceu os
308 apresentadores pelas falas elucidativas e abriu espaço para perguntas.
309 Conselheiro **Marcos Benedito** também agradeceu pelas informações
310 atualizadas a respeito do assunto. Lembrou, inclusive, que os senhores
311 Benedito Cintra e Ernesto Luis Pereira Filho já foram deputados, daí a fluência
312 e a competência para discorrer sobre o assunto. Porém, o que não ficou claro
313 foi o fato de ter que ser feita uma mobilização para pressionar a Comissão
314 Especial da Câmara dos Deputados onde se encontra o Projeto de Lei. Disse
315 que uma estratégia viável poderia ser a de pressionar os deputados que
316 estejam envolvidos no processo, em seus respectivos estados. No seu ponto
317 de vista, seria importante definir como fazer a mobilização social. Por oportuno,
318 lembrou também que há divergência no movimento negro. Por isso, quis saber
319 se, no colegiado, todos concordavam com o texto que estava na Câmara. Se
320 alguém fosse contrário, que se manifestasse, porque era importante saber o
321 posicionamento das entidades que compõem o Conselho. Em relação à
322 incompreensão da sociedade, acredita que faltam esclarecimentos, porque
323 nem todos conhecem esse debate. Citou como exemplo um evento que
324 participou, em São Paulo, no dia 13 de maio, quando apresentou a proposta do
325 Estatuto da Igualdade Racial e houve quem se manifestasse no seguinte
326 sentido: "devemos também apresentar proposta contra o genocídio dos jovens"
327 ou "precisamos apresentar proposta em relação aos quilombos". Aí, explicou
328 que todos estavam falando a mesma coisa. Tudo o que estava sendo dito
329 estava na proposta do Estatuto. Lembrou que a fragmentação do debate não
330 ajuda para avançar na luta pela igualdade racial. Em sua opinião, é preciso
331 articular debates, audiências públicas, ações que envolvam a sociedade no
332 processo. Quanto aos intelectuais que se manifestam contra o Estatuto, disse
333 ~~que não poderiam ser considerados assim donos do saber acadêmico. Na~~
334 ~~verdade, não passam de pseudo-intelectuais, cujo discurso é fácil de esvaziar.~~
335 Conselheiro Kabengele Munanga perguntou se havia no STF uma ADIn contra
336 o Projeto de Lei sobre a reserva de cotas nas universidades para negros e se a
337 votação no plenário da Câmara dependia de uma posição do Supremo. Quis

338 saber também como ficaria esse processo nas universidades que já aderiram o
339 sistema de cotas, caso fosse considerada inconstitucional a proposta.
340 Conselheiro **Edson França** parabenizou a apresentação dos dois assessores
341 parlamentares. Mas demonstrou ceticismo com o trâmite do PL que trata do
342 Estatuto da Igualdade Racial. Disse que existe uma força social muito forte
343 contra o projeto. Também não acredita que a tramitação no Senado seja tão
344 fácil como foi dito, pois o texto que aprovaram sofreu muitas modificações. Por
345 esse motivo, acredita que a versão atual sofrerá modificações em razão do
346 advento do Decreto n.º 4.887, e também porque há uma perda concreta para
347 as comunidades quilombolas. Concorda com a proposta de garantir fonte de
348 recursos para as ações decorrentes da aprovação do PL, mas não crê que seja
349 aprovado os 2% da Loteria Federal. Sua avaliação é de que não será votado
350 em novembro, conforme expectativa, por isso, sugeriu que o Conselho envie
351 esforços para mobilizar a opinião pública. Conselheiro **Marcos Benedito** disse
352 que, em relação ao apresentado, seria preciso fazer uma reflexão para saber
353 como ganhar aliados, uma vez que a sociedade não é a mesma do século XIX,
354 quando os aliados eram os negros. Hoje os aliados são os pobres, os
355 movimentos sociais organizados, as mulheres, os direitos sociais, boa parte
356 dos intelectuais, etc. Como no passado, a luta tem suas contradições que
357 precisam ser reconhecidas e superadas. Deixou claro que a luta contra o
358 racismo é uma luta política, se o racismo for entendido como uma manifestação
359 ideológica. Quanto à luta política, lembrou que esta exige táticas e estratégias
360 muito bem elaboradas para surtirem o efeito desejado. Dessa forma, disse que,
361 como no passado, os que hoje não aceitam as cotas, as ações afirmativas, o
362 Estatuto, podem mudar de opinião e passar a defendê-los. No retorno da mesa,
363 foram feitos os seguintes esclarecimentos: os tribunais superiores são políticos,
364 tanto que para serem membros desses espaços é necessária uma indicação
365 política e se o Congresso se contrapõe a uma decisão do Tribunal ocorre o
366 chamado conflito de poderes; há dezenas de universidades que adotam o
367 sistema de cotas e o Supremo não se manifesta a respeito, tudo porque a
368 situação é política; sem uma estratégia para buscar aliados será difícil vencer
369 essa luta, por isso, é importante verificar uma forma de abordagem dos
370 políticos, estudiosos, cientistas que não estão do lado do movimento negro; o
371 debate no Congresso está avançando, se o Supremo se manifestar a respeito

372 das cotas, vale a sua decisão; o sistema de cotas está no Colégio de Líderes e
373 depois vai para votação, por isso faz-se necessário que haja pressão e
374 mobilização neste momento; a conjuntura é favorável para a implantação de
375 cotas e para o Estatuto, tanto que já há uma estratégia, defendida no
376 Executivo, para a provação do Estatuto em novembro. O Conselho não deveria
377 reabrir o debate e sim buscar a mobilização. Conselheiro **Edson França**
378 interveio para perguntar qual era a certeza de que essa matéria seria aprovada
379 em novembro. A mesa respondeu que não havia certeza nenhuma, haja vista
380 que não se tratava de uma questão matemática. O que o Congresso decide
381 não se pode ter certeza de antemão, pode-se sim analisar a conjuntura política
382 do ponto de vista de estar ou não favorável à aprovação de determinado tema.
383 E isso é o que está ocorrendo agora, diferentemente de 2005, quando o
384 Senado aprovou o Estatuto. Naquela época não existia coesão dentro da
385 Comissão Especial. Apesar de o Luís Alberto e o Reginaldo Germano serem
386 negros, havia uma disputa política entre os dois. Reconheceu que o Estatuto
387 não contempla todos os sonhos, mas avança na luta dos negros e garante a
388 política como de Estado. Considerou importante a defesa da aprovação do
389 sistema, ainda que no futuro demande aperfeiçoá-lo. Concluindo, disse que é
390 necessário luta política, mobilização em defesa do Estatuto, para canalizar
391 forças contrárias. Conselheiro **Marcos Benedito** disse que na reunião anterior
392 do Conselho esse assunto havia sido debatido e o Ministro Edson Santos falara
393 que o Estatuto não é o ideal, mas incorporava grande parte da luta do negro.
394 Considerando a proposta da mesa, entendia que não é momento de fazer
395 debate para alterar a proposta que está na Câmara e sim fazer mobilização
396 para garantir que o texto que lá se encontra seja aprovado, porque este é o
397 momento oportuno. De acordo com informação também apresentada pela
398 mesa, já tem data marcada para que isso ocorra: 14 de novembro. Dada essa
399 informação, defendeu que o Conselho tirasse uma posição de consenso em
400 relação ao Estatuto, porque não se poderia perder o momento para garantir
401 sua aprovação. Reconheceu que há dissensos em relação ao posicionamento
402 de algumas entidades, mas isso não pode significar impeditivo para acordos
403 que levem à aprovação dessa matéria. Para que não houvesse interpretação
404 dúbia de sua fala a esse respeito, explicou que a questão não era concordar
405 com a SEPPIR, mas que era favorável à aprovação do texto para não perder a

406 conjuntura. Certamente o Conselho tem prerrogativas para encaminhar
407 qualquer assunto de forma diferente para atender às demandas das entidades
408 que os conselheiros representam. Porém, este não é o caso. Neste debate, o
409 Conselho deve ter uma posição favorável à aprovação do Estatuto e contribuir
410 com estratégias para que isso efetivamente venha a ocorrer, porque o mérito
411 da proposta representa a conquista de muitas lutas do movimento negro. A
412 seguir, foi feita a solicitação de que o Conselho socializasse com os
413 conselheiros a cópia do texto do Estatuto que estava para ser votado. Explicou
414 que, mesmo os aliados não conhecem o teor do documento nem o mérito da
415 proposta. Isso ajudaria muito no convencimento de quem é contrário. Além
416 disso, sugeriu que se buscassem entidades de peso como a OAB, a CNBB,
417 para ajudar nessa luta. Disse que reconhecia que não é o Estatuto dos sonhos,
418 mas é o que foi possível conseguir. Sr. **Benedito Cintra** disse que a
419 Constituição Federal baliza a democracia, no que diz respeito aos direitos
420 sociais e a do Brasil é uma das mais avançadas do mundo. Entretanto, na sua
421 formulação, houve forças contrárias a esses avanços. No caso do Estatuto,
422 lembrou que este representa um começo e não um fim. Se aprovado, há outras
423 etapas a serem vencidas para a garantia e a consolidação dos direitos da
424 igualdade racial. Assim, não resolve todos os problemas, mas tem caráter
425 reparatório e abre perspectivas para que os entes federados garantam esses
426 direitos em suas esferas de governo. **Ernesto Luiz Pereira Filho** chamou a
427 atenção para o fato de não ser um estatuto para públicos específicos e sim
428 para todos os negros, negras, quilombolas, candomblé, umbanda. Como o
429 prazo para a apresentação de emendas já foi encerrado, conclamou a todos
430 para fazerem pressão na Câmara dos Deputados para que o Estatuto seja
431 aprovado. A seguir, houve uma intervenção que afirmou não acreditar na
432 aprovação do Estatuto tal como fora dito pelos apresentadores. Também,
433 asseverou que não ouvira o Presidente de República manifestar-se favorável à
434 aprovação do Estatuto e sim que este não seria aprovado enquanto não
435 houvesse no movimento negro uma posição convergente a respeito. Falou que
436 o Estatuto não é tudo o que se quer, mas também não pode ser um documento
437 que não expresse os direitos do movimento negro. Não concorda com o
438 Estatuto sem dotação orçamentária, porque, sendo assim, inviabiliza a
439 implementação da política. Lembrou que no Projeto de Lei que está na Câmara

440 foi retirada a proposta de cotas raciais para o serviço público. Também não
441 está nessa proposta o conselho de caráter deliberativo, fato este que está na
442 contramão de outros conselhos, como, por exemplo, o da Educação, Saúde,
443 Criança e Adolescente. Por fim, disse que, enquanto a matéria não for
444 aprovada, defende que seja aperfeiçoada. Conselheiro **Paulo Axé** lembrou que
445 ao tomar conhecimento do Estatuto dizia-se que era do Paim e não do
446 Movimento Negro. Significando isso que o Movimento Negro não buscou se
447 apropriar desse instrumento jurídico. Se não fez no tempo certo, fica
448 complicado desejar fazer agora. Pelo que se percebe, as propostas que estão
449 chegando para alteração do Estatuto não são de entidades que representem o
450 Conselho. Sendo assim, concordou que fossem feitas mobilizações para a
451 aprovação do texto do Estatuto que se encontra na Comissão Especial da
452 Câmara dos Deputados, e pressões junto ao Congresso. Para tanto,
453 comprometeu-se em enviar e-mails para todos os estados da Amazônia Negra.
454 A propósito, perguntou à mesa o que o PT e o Presidente da República
455 estavam fazendo para aprovar o documento. Conselheira **Cleide Hilda Souza**
456 concordou em parte com as falas anteriores, mas discordou de que o Estatuto
457 não fora aprovado, em outro momento, por culpa do Movimento Negro. Se não
458 foi, os responsáveis foram a Câmara e a sociedade elitista que não
459 reconheceram a dívida histórica que o Estado tem para com a população
460 negra. Acredita que, se o governo se empenhar para a aprovação do Estatuto,
461 este será aprovado, porque assim foi em outras situações. Disse que não
462 acredita que o empecilho para a aprovação dessa matéria seja a fonte de
463 recursos. Esses recursos, em sua opinião, podem ser buscados nos Ministérios
464 que têm orçamentos para políticas transversais. Também ressaltou em sua fala
465 os seguintes aspectos: precisam ter certeza de que o Estatuto entra em
466 votação definitiva em novembro, porque, sendo assim, a proposta que trouxe
467 da jornada será inviável; a questão racial não é um problema dos negros e sim
468 da sociedade brasileira; os negros são vítimas de um processo excludente; o
469 Brasil é um país reformista, o que não se ganhou hoje, pode-se lutar para
470 conseguir amanhã; o Conselho deve chamar para si a responsabilidade de
471 mobilizar, de fazer audiências públicas, reconhecendo que a aprovação é de
472 responsabilidade do Governo e do Congresso. Em retorno, Sr. **Benedito**
473 **Cintra**, considerando as intervenções que se referiam à posição do Presidente

474 da República em relação ao Estatuto sugeriu que fossem recuperadas as falas
475 do Presidente feitas em 20/11/2007 e 20/02/2008, quando do lançamento da
476 Agenda Social Quilombola, e na posse do Ministro. Nessas duas
477 oportunidades, o Presidente foi favorável à aprovação do Estatuto. A propósito
478 do que foi colocado, o art. 62 da proposta substitutiva, que está na Câmara diz
479 que “O poder Público promoverá ações que assegurem a igualdade de
480 oportunidade no mercado de trabalho para a população negra, inclusive,
481 mediante a implantação ou incentivo à implementação destas para acesso a
482 cargos e empregos na administração pública e nas empresas.” Disse também
483 que há nos Ministérios várias ações avançadas de igualdade racial com
484 orçamento garantido no PPA, que contribuem para a implementação da política
485 de igualdade racial. Lembrou, inclusive, de quando foi assinada a Lei Áurea.
486 Houve quem fosse contra porque não englobava a luta negra como um todo,
487 mas representou um avanço considerável. Graças a essa lei, hoje o negro é
488 livre para lutar por mais avanços em seus direitos. Explicou ainda que o
489 Presidente da República não aprova Lei ou outro tipo de matéria, uma vez que
490 essa é prerrogativa do Congresso Nacional. Cabe ao Presidente sim executar o
491 que o Congresso aprova. **Elói Ferreira**, Secretário- Adjunto, contemplou em
492 sua fala: a necessidade de aprovar o Estatuto da Igualdade Racial; a
493 necessidade de se construir acordos para que isso aconteça; nesta linha,
494 estava se manifestando em datas significativas como os 20 anos da
495 promulgação da Constituição da República, que contém dispositivos de
496 inclusão social, os 120 anos da sanção da Lei Áurea, os 60 anos da
497 Declaração dos Direitos Humanos. A Advocacia Geral da União tem dado uma
498 contribuição diferenciada nesse processo; o Conselho será suprido de todas as
499 informações relacionadas às ações que a SEPPIR está desenvolvendo para
500 contribuir com a aprovação do Estatuto, que representa um marco no país e
501 servirá de referencial para o mundo dotar as sociedades de instrumentos de
502 inclusão, de combate à discriminação e a todas as formas de preconceitos. Em
503 seguida desculpou-se com o Plenário, precisava ausentar-se para cumprir
504 compromissos agendados anteriormente. O Conselheiro **Geanlido Antônio**
505 disse que vem acompanhando de perto o debate sobre o Estatuto e reconhece
506 não ser o de seus sonhos. Na verdade, o texto reflete a sociedade que se vive,
507 como é o Congresso e a força que a mídia tem. Ainda que não concorde

508 inteiramente com o Estatuto, falou que prefere aprová-lo, na perspectiva que
509 representa um começo e não um fim. Conselheira **Mirian Stanescon** também
510 concordou que o Estatuto fosse aprovado, porque seria melhor do que nada.
511 Se aprovado, pode ser aperfeiçoado depois. Prontificou-se a ajudar na
512 mobilização. Conselheira **Luciana Conceição da Mota**, citando um episódio
513 que ocorrera com a sua filha de três anos, na escola, quando outra criança
514 dissera “não vou brincar com você, porque você é preta”, referiu-se ao
515 momento presente dizendo que o ponto principal é a discussão em torno do
516 Estatuto centrada nas informações para que se fique alerta às necessidades
517 que têm que ser melhoradas e, de fato, aprovadas. Assim, concordou também
518 com a aprovação do texto do Estatuto, na lógica de representar um começo.
519 Para isso, sugeriu que os Conselhos Estaduais fossem envolvidos nessa
520 discussão e providos de todas as informações a respeito. Em sua opinião, o
521 movimento negro tem diferenças, mas estas não podem impedir que o Estatuto
522 seja aprovado. Conselheiro **Edson França** buscou fazer uma análise dos fatos,
523 falando que: na época da ditadura, o movimento negro teve um papel
524 importante, na elaboração da Constituição de 88, no Estado de direito; há
525 manifestações pró e contra em qualquer debate e, muitas vezes, o jogo é
526 pesado. Quando fez a alusão ao movimento negro à época da abolição e ao
527 que é hoje, foi uma forma de exemplificar a trajetória que este tem ao longo da
528 história; o País tem, em 190 milhões de habitantes, 100 milhões de negros,
529 mas o movimento não tem a força que deveria ter, se for tomado como
530 parâmetro o movimento de mulheres, gays, do MST, o movimento negro nesse
531 embate tem que ser profissional, no caso, buscar aliados nos intelectuais,
532 partidos de esquerda, políticos progressistas, nos democratas, nas mulheres,
533 ciganos, índios, etc., e não se fecharem em um gueto, o movimento negro no
534 Brasil, neste momento, precisa de aliados para aprovar o Estatuto e também se
535 fortalecer para o enfrentamento de suas lutas. A aprovação do Estatuto será o
536 resultado de todas as articulações, e a sua implantação, de muito esforço
537 também; na Lei Orçamentária, que diz o seguinte “ As agências financeiras e
538 oficiais de fomento, respeitadas as suas especificidades, observarão as
539 seguintes prioridades: financiamento para o apoio e a expansão e o
540 desenvolvimento das empresas de economia solidária, dos arranjos produtivos
541 locais das cooperativas bem como dos empreendimentos afro-brasileiros e

542 indígenas”. Concluiu dizendo que é papel do Conselho e da SEPPIR debater,
543 articular e avaliar o processo de aprovação do Estatuto, porque dada a
544 natureza institucional não pode ser a responsável pela mobilização da
545 sociedade civil, o que pode fazer sim é ajudar na compreensão geral do que se
546 pretende alcançar. **Ernesto Luiz Pereira Filho** falou que o contraditório
547 sempre ajuda a desenvolver e melhorar qualquer processo, e reforçou uma
548 questão que considera importante: a busca de aliados. Lembrou que a Câmara,
549 no aspecto do Estatuto, é mais conservadora do que o Senado, porque
550 representa os estados. Assim, o importante é buscar aliados para aprovar o PL
551 que trata do Estatuto da Igualdade Racial, porque lei boa é lei aprovada.
552 Conselheiro **Edson França** reafirmou a referência que fizera do movimento
553 gay, porém, no sentido de refletir força política diferenciada e de terem aliados
554 para as suas lutas, o que não ocorre com o movimento negro. Há gays em
555 muitos espaços, e que mobilizam milhões, quando necessário. Já o movimento
556 negro não tem articulação suficiente para impor a sua vontade em questões
557 importantes. A SEPPIR, enquanto órgão do Governo, teria um papel
558 mobilizador na aprovação do Estatuto. A SEPPIR e o Conselho deverão
559 apoiar as mobilizações, porém, ressaltou que convocar manifestações é de
560 responsabilidade do movimento social. Secretária Executiva **Oraida Abreu**
561 disse que a sugestão de formar uma comissão para o acompanhamento do
562 Estatuto no Congresso poderia ficar para o ponto da pauta que trataria da
563 composição das comissões. **Benedito Cintra** destacou que, se formada a
564 comissão, esta teria a responsabilidade de acompanhar a tramitação do
565 Estatuto no Congresso e fazer a interlocução para fora do Conselho. A
566 Secretária- Executiva, agradeceu a presença dos dois assessores
567 parlamentares que muito contribuíram para a qualificação do debate.
568 Conselheira **Ana José**, nesse momento, foi ajudar a mesa na condução dos
569 trabalhos. Aprovado: **formação de uma comissão de Conselheiros para**
570 **acompanhar a tramitação e a votação do PL do Estatuto da Igualdade**
571 **Racial no Congresso.** Conselheira **Cleide Hilda Souza** lembrou que a
572 CONEN apresentara proposta de realizar uma jornada como estratégia de
573 mobilização pela aprovação do Estatuto. Diante da fala dos assessores
574 parlamentares, essa proposta estava prejudicada, porém dentro dela estava
575 contida a proposta de uma comissão temporária, composta de três

576 representantes da sociedade civil e um do Governo para acompanhar o PL do
577 Estatuto no Congresso. A outra proposta feita pela entidade dizia respeito à
578 comunicação. No caso, a produção de material de divulgação, como um jornal,
579 folders para serem distribuídos à população. Achou melhor, em lugar da
580 marcha de um milhão, que se fizesse uma caminhada, uma audiência pública
581 que tivesse representação política. Disse que o povo precisa conhecer esse
582 debate para aderir a ele. Secretária Executiva **Oraida Abreu** solicitou que a
583 proposta fosse encaminhada por escrito. Conselheiro **Cláudio Aparecido** fez
584 duas ponderações. Uma com relação à proposta da CONEN, que diz respeito à
585 realização de jornadas para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.
586 Nessa proposta, sugeriu que houvesse a participação de uma jurista nas
587 mesas, citando como exemplo, os nomes dos professores : Fábio Konder
588 Comparato, Hélio Silva Júnior, Dalmo de Abreu Dallari, José Eduardo Martins
589 Cardoso. Explicou que estava fazendo essa sugestão para garantir que não
590 houvesse nenhum questionamento jurídico do Estatuto. A outra observação foi
591 em relação à comissão para acompanhar o processo. Propôs que fosse tirada
592 uma comissão para acompanhar a jornada e que apresentasse ao Conselho,
593 em prazo determinado, um projeto a respeito, incluindo os custos. Solicitou
594 também que fosse explicitado o encaminhamento, haja vista que entendera ter
595 duas propostas: uma do assessor parlamentar **Benedito Cintra**, que diz
596 respeito a formar uma comissão para acompanhar o PL no Congresso, e a da
597 Conselheira **Cleide Hilda**, que era para formar uma comissão para organizar a
598 jornada. A Secretária Executiva disse que a proposta da CONEN deveria ser
599 submetida à consideração do Conselho. Conselheira **Maria Helena** falou das
600 dificuldades que enfrenta para participar das reuniões do Conselho, porque não
601 mora na capital Cuiabá. Se não forem garantidas as diárias, terá dificuldade em
602 se deslocar. Conselheiro Conselheiro **Paulo Axé** ponderou que se deveria
603 aprovar o Estatuto e depois fazer os ajustes necessários. O Conselheiro
604 **Cláudio Aparecido** solicitou uma questão de ordem, que se concluísse o
605 diálogo sobre a proposta da CONEN para depois deliberar a respeito.
606 Conselheiro **Marcos Benedito** disse que seria necessário readequar a
607 proposta ao tempo disponível, e lembrou que, a partir do momento em que o
608 Conselho aprovasse, não seria mais da CONEN. Após intenso debate, a
609 Secretária Executiva **Oraida Abreu**, encaminhou o tema para votação, foi

610 **aprovada a realização de uma jornada, sendo que a metodologia será**
611 **definida depois.** Dado o adiantado da hora, propôs que a reunião fosse
612 encerrada, ficando pendente a discussão sobre a composição das comissões.
613 Também dialogou com o plenário no sentido de a reunião iniciar mais cedo.
614 Ambos os encaminhamentos foram aprovados. Como o próximo ponto, pela
615 avaliação feita, não demandaria muito tempo, passou a ser apresentado. **ITEM**
616 **4 – FERRAMENTA ELETRÔNICA PARA A DISCUSSÃO EM GRUPO.**
617 Apresentação: **João Dinaldo Kazam Gama**, representante do Setor de
618 Informática, buscou responder à pergunta que estava sendo feita de por que era
619 preciso outro e-mail para participar do grupo de discussão. Disse que seria
620 necessário em razão da padronização. Assim, todos precisariam usar o e-mail
621 padrão: cnpirjoaoczam@gmail.com, e o uso do Hotmail ocorre em razão de ser
622 possível acessá-lo de qualquer computador, sem precisar instalar softwares na
623 máquina. Explicou ainda que, ao acessar o Google, há possibilidade de ter
624 acesso à agenda, ao grupo, e-mail, talking, documentos, textos, planilhas,
625 apresentações, tudo integrado, gratuito e compartilhado. Abriu o computador e
626 foi mostrando o processo passo a passo desse processo. Disse que é possível
627 conversar com três, quatro ou mais pessoas ao mesmo tempo, com divisão de
628 assuntos. Pode-se configurar o idioma, inserir fotos, assinatura, e criar
629 marcadores. Por exemplo, criar um chamado CNPIR com um filtro para que
630 toda a vez que chegar um e-mail do Conselho, este ir direto à pasta do mesmo.
631 Depois, falou que o grupo integra o Gmail e já foi criado um para o CNPIR que
632 contém a lista dos conselheiros, arquivos e pode configurar cada um para
633 receber e-mails. As pessoas que fazem parte do grupo têm condições de
634 acessar imagens, documentos, planilhas, e compartilhar agendas. Explicou que
635 os integrantes do grupo podem ver os e-mails do CNPIR, podem adicionar
636 convidados, agendar lembretes, reuniões e socializar pautas. Finalizando,
637 disse ser um instrumento de comunicação que poderia agilizar a informação
638 entre o colegiado. Iniciando os trabalhos do segundo dia, a Secretária
639 Executiva **Oraida Abreu** solicitou que os Conselheiros assinassem o livro de
640 presença e ao utilizar o microfone se identificassem para efeito de registro
641 na ata. Também informou que seria realizado de 25 a 28 de novembro de
642 2008, no Rio de Janeiro, o 2º Congresso Mundial de Enfrentamento da
643 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e havia uma vaga para o

644 Conselho, o Plenário precisaria indicar o nome. A seguir, solicitou a
645 participação de um Conselheiro para a condução dos trabalhos, compartilhou a
646 coordenação da mesa com a Conselheira **Vera Fermiano** e passou à
647 pendência da pauta do dia anterior: **Item 5- Composição das Comissões**
648 **Permanentes do CNPIR- Comissão de Acompanhamento e Articulação de**
649 **Políticas Públicas.** Conselheira **Neusa Maria** quis saber, se dentre as
650 comissões, não poderia ser criada uma sobre saúde, ainda que fosse
651 temporária. Conselheira **Helena Fortes**, sugeriu também que fosse instituída
652 uma comissão de educação, ciência, tecnologia e saúde, porque são áreas
653 importantes para atender às necessidades básicas de um povo. Desta forma,
654 propôs que o Plenário votasse uma subcomissão de saúde. Conselheiro **Paulo**
655 **Axé** falou que tinha um entendimento que as comissões permanentes do
656 Conselho abrangiam todas essas áreas aludidas pela Conselheira. Fez um
657 encaminhamento para que os Conselheiros, já tendo lido o material, fossem se
658 manifestando sobre qual comissão gostariam de participar, o que foi acatado
659 pelos presentes. Optaram pela **Comissão de Acompanhamento e**
660 **Articulação de Políticas Públicas** os seguintes Conselheiros (as) **Luciana**
661 **Mota; Aderval Filho; Paulo Axé; Marcel Cláudio; Ari Antônio; Vera**
662 **Fermiano; Maria Auxiliadora; Neusa Maria; Marcos Benedito; Helena**
663 **Fortes. Comissão de Orçamento:** Conselheiros (as): **Sérgio Niskier; Debora**
664 **Beserra; Genaldo Antônio; Ana José; Clarice Maria; João Carlos.** Na
665 **Comissão de Articulação de Conselhos de Promoção da Igualdade Racial,**
666 **os Conselheiros (as): Edson França; José Cristiano; Maria Helena; Rui**
667 **Santos; Manoel Messias; Jacinta Maria; Mirian Stanescon; Cleide Hilda e**
668 **Cláudio Aparecido.** A Secretária Executiva, referindo-se às intervenções das
669 Conselheiras **Neusa e Helena**, disse que, se houvesse necessidade, poderiam
670 ser criados grupos temáticos ou comissões temporárias para contemplar as
671 demandas específicas de cada área. Conselheira Maria Aparecida, como
672 representante da Amazônia Negra, que integra nove estados, cada um com
673 diferentes problemas, perguntou se poderia participar, mesmo sendo suplente,
674 na Comissão de Articulação de Conselhos e Promoção da Igualdade Racial.
675 Conselheiro **Edson França** ponderou no sentido de a composição das
676 comissões terem a ver com as organizações que fazem parte do Conselho.
677 Nesse sentido, chamou a atenção para o fato de a **Comissão de**

678 **Comunicação e Informação e a de Análise e Acompanhamento de Atos**
679 **Normativos** não terem sido preenchidas. Por isso, sugeriu que as
680 organizações pudessem participar de mais que uma comissão, o que, em sua
681 opinião, seria factível. Conselheira **Ana José** também se manifestou na mesma
682 linha do Conselheiro Edson, dizendo que as duas comissões não preenchidas
683 são muito importantes para o Conselho. Sendo assim, defendeu que as
684 organizações pudessem participar com titular e suplente em mais de uma
685 comissão. A mesma esclareceu que, de acordo com o Regimento Interno, o
686 Conselho poderá instituir tantas comissões e grupos temáticos quantos forem
687 necessários para desenvolver estudos e elaborar proposições sobre temas
688 necessários. Cabe , então, ao Plenário decidir como deverá encaminhar esse
689 assunto. Conselheiro **Genaldo Antônio** lembrou que estavam faltando
690 conselheiros que, por força maior, não puderam estar presentes à reunião e
691 também, achou que a Comissão de Comunicação e Informação devesse ficar
692 com as instituições governamentais. Conselheiro **Aderval Costa Filho** disse
693 que não conhece nenhum Conselho que possa compor comissões só com
694 titulares. Sendo assim, sugeriu, a exemplo de outros Conselhos, que houvesse
695 a categoria de convidados permanentes e que na Comissão de Análise e
696 Acompanhamento de Atos Normativos, o Ministério Público participasse nessa
697 categoria. Secretária Executiva **Oraida Abreu** lembrou que para alterar a
698 composição do Conselho seria necessário alterar o Decreto. Entretanto, isso
699 não impede que sejam convidados especialistas de qualquer área temática
700 para contribuir nas comissões, nos grupos técnicos e comissões temporárias.
701 Conselheira **Ana José** registrou que a Comissão de Acompanhamento e
702 Articulação de Políticas Públicas foi formada por nove conselheiros, o que não
703 garante a paridade. Nesse caso, o Plenário precisa se manifestar. Conselheira
704 **Helena Fortes** propôs que a Sociedade Civil e o Governo que estavam
705 ausentes fossem consultados a respeito da composição das comissões.
706 Mostrou preocupação com as ausências e, por essa razão, sugeriu que
707 houvesse um diálogo com os Ministérios para garantir que não ocorresse
708 esvaziamento no Conselho. A seguir, o plenário discutiu as ausências na
709 reunião. Conselheira **Jacinta Maria** disse que desde o Plenário passado a
710 ausência do Governo é preocupante, tanto que considera importante um
711 posicionamento a esse respeito. Conselheira **Ana José** também enfocou a

712 importância da participação dos Conselheiros nas reuniões e defendeu um
713 debate sobre o assunto. Conselheira **Cleide Hilda** enfatizou que a cobrança
714 da participação fosse feita ao Governo e à sociedade civil também,
715 considerando que muitas pessoas gostariam de participar do Conselho, mas
716 ficaram de fora do processo. Conselheira **Clarice Maria** disse que era
717 importante cada um assumir a responsabilidade. Secretária Executiva **Oraida**
718 **Abreu** registrou as seguintes ausências justificadas: **Geraldo Vitor- MinC,**
719 **Elayyan Taher Aladdin- FEPAL, Ana Cabral- MRE e Márcia Damo-**
720 **Ministério da Integração Nacional.** Foi definido o seguinte
721 **encaminhamento: a Secretaria- Executiva deverá fazer um levantamento**
722 **das faltas recorrentes e não-justificadas, comunicar as da sociedade civil**
723 **e órgãos do Governo para que tomem as providências pertinentes. ITEM 6**
724 **- II CONFERÊNCIA NACIONAL DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**
725 **- II CONAPIR.** Assumiu a coordenação dos trabalhos o Sub- Secretário
726 **Martvs da Chagas,** foi apresentado o Regimento Interno da 2ª Conferência.
727 Houve intervenções no sentido de lembrar as dificuldades encontradas na
728 realização da 1ª Conferência, quando o governo estadual não priorizava a sua
729 convocação e a sociedade civil precisou se articular com a Assembléia
730 Legislativa, sendo sugerido que constasse do Regimento a possibilidade de a
731 sociedade civil organizar a Conferência. Em resposta, a mesa informou que, de
732 acordo com a legislação, o Governo é quem deve convocar a Conferência, e
733 quando houver problemas como os relatados serão tratados como casos
734 omissos. No debate, emergiram posicionamentos diferentes com relação aos
735 delegados poderem ser tirados das consultas indígenas, quilombolas,
736 consultas ciganas e consulta de matriz africana. Por isso, houve dois
737 posicionamentos. **Favorável:** a II CONAPIR deveria ter um olhar diferenciado
738 no universo de seus delegados, tanto que foi recomendação da 1ª Conferência,
739 e os terreiros são uma das comunidades que devem ter atenção especial no
740 processo da escolha dos delegados para a II CONAPIR, fazendo parte da
741 consulta. **Contra:** a pulverização do movimento negro não contribui para seu
742 fortalecimento. Se for entrar na segmentação, da vulnerabilidade, outros
743 grupos, além dos terreiros, precisavam ser considerados, como, por exemplo, o
744 dos jovens, das domésticas, e por isso, que se mantenham as comunidades
745 tradicionais, nas quais estão incluídas as comunidades africanas. Como não

746 houve consenso em relação à consulta para as comunidades de terreiro ,
747 procedeu-se à votação. **Proposta 1: Retirar do texto do Regimento da 2ª**
748 **CONAPIR a consulta para s comunidades de terreiro . Proposta 2: Manter**
749 **no texto a consulta para as comunidades de de terreiro. Venceu a**
750 **Proposta 2.** Após a votação, Conselheiro **Aderval Costa Filho** apresentou
751 uma proposta de inclusão de consultas para os caiçaras, quebradeiras de
752 coco, seringueiros, castanheiros, pescadores artesanais, que integram também
753 as comunidades tradicionais. Disse que sua solicitação estava fundamentada
754 na questão da matriz cultural, étnica e étnico-racial. A mesa concordou com a
755 colocação do Conselheiro e disse que seria matéria para um debate futuro.
756 Houve destaque no **Artigo 5º, inciso II**, do Regimento para que se
757 acrescentasse aos eixos temáticos o tema “**desenvolvimento sócio-**
758 **ambiental**”, porque não estava contemplado nos demais citados: saúde, terra,
759 trabalho, educação e segurança. A mesma explicou que dos nove eixos
760 apresentados na 1ª CONAPIR foram priorizados esses cinco. Apesar do
761 esclarecimento, o destaque foi aprovado. O **Artigo 9º**, que trata da Comissão
762 Organizadora, mudar o número de seis para sete representantes da sociedade
763 civil (do CNPIR) e sete integrantes do Governo (SEPPIR). Proposta aprovada.
764 **Artigo 10**, que diz respeito à Comissão Executiva, o Plenário aprovou o
765 seguinte texto: A comissão Executiva será composta de seis membros,
766 observando-se a paridade da sociedade civil e governo, e será designada pelo
767 titular da secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
768 **Artigo 10, inciso XI**, que trata das competências da Comissão Executiva. Foi
769 aprovado que se substituísse “assessoria de comunicação” por “comissão de
770 comunicação”. **Artigo 11, inciso IX**, acrescentar “ouvindo o CNPIR e a direção
771 da SEPPIR”. **Artigo 14, inciso II**. a prestação de contas dos recursos
772 destinados à II CONAPIR, será encaminhado ao CNPIR para apreciação.
773 **Artigo 17**, parágrafo primeiro, que diz respeito à forma de consolidação dos
774 relatórios da II CONAPIR. O **encaminhamento aprovado**: manter as dez
775 laudas para o relatório dos Estados e aceitar o material bruto que for enviado
776 para servir de arquivo de consulta em caso de haver algum questionamento na
777 etapa nacional da II Conferência. Concluído este ponto, o **Regimento da II**
778 **CONAPIR**, foi aprovado, com exceção da Planilha de Delegados que será
779 apreciada no período da tarde. **ÍTEM 7- APRESENTAÇÃO DA PLANILHA**

780 **DOS DELEGADOS** - Ao retornar à tarde, o Subsecretário Martins das Chagas,
781 apresentou a Planilha que define o número de delegados para a II CONAPIR,
782 que ficara pendente quando da aprovação do Regimento. Contemplou em sua
783 fala a preocupação relacionada com a dificuldade de conseguir local para a
784 realização da II CONAPIR. Essa dificuldade fez com que reduzissem o número
785 de delegados, e a forma para chegar ao número de delegados foi baseada na
786 fração que o Estado da Federação tem na população nacional. Assim, os
787 estados com população entre 0 e 1% do total nacional terão direito a 7
788 delegados; entre 3 e 5%, 9 delegados; acima de 5% até 7%, 10 delegados;
789 entre 7% e 10%, 11 delegados; acima de 10% até 13%, 12 delegados; e acima
790 de 13%, 13 delegados. Além disso, o Governo Federal terá 80 delegados;
791 governos estaduais, 108 delegados; governos municipais, 227 delegados;
792 parlamento, 81 delegados. Os percentuais e o quantitativo de delegados, por
793 esfera de governo e parlamento, resultam em: AC (0,23) 22 delegados
794 (sociedade civil 8, governo municipal 7, governo estadual 4, parlamento 3); AL
795 (1,69) 23 delegados (sociedade civil 8, governo municipal 8, governo estadual
796 4, parlamento 3); AM (1,29) 23 delegados (sociedade civil 8, governo municipal
797 8, governo estadual 4, parlamento 3); AP (0,27) 22 delegados (sociedade civil
798 8, governo municipal 7, governo estadual 4, parlamento 3); BA (7,81) 64
799 delegados (sociedade civil 46, governo municipal 11, governo estadual 4,
800 parlamento 3); CE (4,47) 41 delegados (sociedade civil 25, governo municipal
801 9, governo estadual 4, parlamento 3); DF (1,25) 15 delegados (sociedade civil
802 8, governo distrital 4, parlamento 3); ES (1,87) 23 delegados (sociedade civil 8,
803 governo municipal 8, governo estadual 4, parlamento 3); GO (3,03) 36
804 delegados (sociedade civil 20, governo municipal 9, governo estadual 4,
805 parlamento 3); MA (3,39) 38 delegados (sociedade civil 22, governo municipal
806 8, governo estadual 4, parlamento 3); MG (10,74) 74 delegados (sociedade civil
807 55, governo municipal 12, governo estadual 4, parlamento 3); MS (1,25) 23
808 delegados (sociedade civil 8, governo municipal 8, governo estadual 4,
809 parlamento 3); MT (1,52) 23 delegados (sociedade civil 8, governo municipal 8,
810 governo estadual 4, parlamento 3); PA (2,56) 33 delegados (sociedade civil 18,
811 governo municipal 8, governo estadual 4, parlamento 3); PB (2,05) 26
812 delegados (sociedade civil 11, governo municipal 8, governo estadual 4,
813 parlamento 3); PE (4,74) 41 delegados (sociedade civil 25, governo municipal

814 9, governo estadual 4, parlamento 3); PI (1,7) 23 delegados (sociedade civil 8,
815 governo municipal 8, governo estadual 4, parlamento 3); PR (ilegível); RJ (8,62)
816 68 delegados (sociedade civil 50, governo municipal 11, governo estadual 4,
817 parlamento 3); RN (1,67) 23 delegados (sociedade civil 8, governo municipal 8,
818 governo estadual 4, parlamento 3); RO (0,54) 22 delegados (sociedade civil 8,
819 governo municipal 7, governo estadual 4, parlamento 3); RR (0,15) 22
820 delegados (sociedade civil 8, governo municipal 7, governo estadual 4,
821 parlamento 3); RS (ilegível); SC (3,23) 37 delegados (sociedade civil 21,
822 governo municipal 9, governo estadual 4, parlamento 3); SE (1,08) 23
823 delegados (sociedade civil 8, governo municipal 8, governo estadual 4,
824 parlamento 3); SP (22,3) 118 delegados (sociedade civil 98, governo municipal
825 13, governo estadual 4, parlamento 3); TO (0,7) 22 delegados (sociedade civil
826 8, governo municipal 7, governo estadual 4, parlamento 3). Após a
827 apresentação, abriu-se para o debate. Conselheira **Vera Fermiano**, perguntou
828 se os percentuais calculados eram relativos à população negra. Subsecretário
829 **Martvs** explicou que o percentual utilizado era em relação a população total do
830 Brasil, citando, como exemplo, o Estado de Santa Catarina, que representa um
831 percentual de 3,23% da população total do Brasil O . Conselheiro **Aderval**
832 **Costa Filho** defendeu que no quantitativo de delegados fosse considerado um
833 percentual para os segmentos aos quais havia se referido, quando da
834 aprovação do Regimento: extrativistas, quebradeiras de coco, pantaneiros,
835 geraiseiros, caatingueiros, pescadores artesanais, caçaras, patinalenses,
836 seringueiros, e outros. Explicou que o seu pedido estava fundamentado no fato
837 de serem estes segmentos objetivados em movimentos sociais majoritários em
838 termos étnico-raciais e não estão inseridos no grupo de ciganos, quilombola,
839 indígena. Sugeriu, então, que fosse estabelecido um número, por exemplo, de
840 60 delegados para dividir entre 15 segmentos que não estejam contemplados
841 na distribuição das vagas. Se aprovada a sua proposta, dividir-se-ia essas 60
842 vagas entre 15 segmentos, ficando 4 vagas para cada um. A propósito,
843 lembrou que da 1ª CONAPIR até agora muitos avanços ocorreram, citando
844 como exemplo a criação da **Comissão dos Povos e Comunidades**
845 **Tradicionalis**, a instituição da política de desenvolvimento sustentável dos
846 povos e comunidades tradicionais. Disse que, se sua proposta fosse aceita,
847 estariam sendo reconhecidas as necessidades desses segmentos.

848 Subsecretário **Martvs** , embora reconhecendo a importância da intervenção do
849 Conselheiro **Aderval**, disse que a SEPPIR e a CONAPIR não tinham
850 “expertise” para dar conta desses segmentos, até porque não faziam parte da
851 missão da SEPPIR. Assim, não adiantaria chamá-los para a Conferência se
852 depois não se poderia dar continuidade às ações relacionadas a esses
853 segmentos. Conselheiro **Aderval Costa Filho** asseverou que a questão não
854 era a SEPPIR dar conta de trabalhar com esses segmentos e sim de
855 contemplar a dimensão racial. Entretanto, frisou, como sempre há uma
856 tendência de fazer um recorte excludente. Por essa razão, insistiu com sua
857 proposta, explicando que os segmentos citados não têm a mínima
858 possibilidade de serem delegados pelos seus estados. Subsecretário **Martvs**
859 discordou que a SEPPIR tenha uma postura excludente. Falou que a
860 Secretaria tem envidado esforços para dar conta da política de promoção da
861 igualdade racial do Governo Lula. O objetivo do debate era ouvir os
862 Conselheiros e construir uma proposta a mais abrangente possível. Como não
863 houve consenso, decidiu-se que se ouviria o Plenário e, após, encaminhar-se-
864 ia o tema. Conselheira **Ana José** questionou o percentual do estado Mato
865 Grosso. Quis saber qual foi o critério para chegar a 23 delegados, sendo 8 da
866 sociedade civil. Subsecretário **Martvs** explicou que Mato Grosso tem 1,25% do
867 total da população brasileira, representa mais de 2 milhões de pessoas.
868 Conselheiro **Edson França** disse que compreendia como era difícil fazer uma
869 Conferência e manifestou-se favorável pela proposta apresentada pelo
870 Subsecretário. Conselheira **Neusa Maria** chamou a atenção para a
871 participação das comunidades na Conferência, o que na 1ª CONAPIR
872 apresentou problemas. Concordeu com a proposta do Conselheiro Aderval
873 porque, em sua opinião, é frustrante esse povo saber que existe um órgão do
874 Governo que não está preocupado com a sua situação. Conselheiro **Sidnei**
875 **Sousa Costa** disse que seria aconselhável, neste momento, a SEPPIR
876 atender o que foi proposto e que, no futuro, se faça um debate a respeito
877 desses segmentos para, se for o caso, ampliar o atendimento. Conselheira
878 **Cleide Hilda**, abordou questões como: ter participado de todo o processo que
879 resultou na SEPPIR; o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter reafirmado que
880 para criar a Secretaria, que esta não fosse só para os negros, e sim que
881 tivesse outras comunidades; a inclusão de segmentos como os indígenas,

882 quilombolas, ciganos propiciou um grande aprendizado à SEPPIR;
883 reconheceu que toda a construção é lenta, mas não dá para a SEPPIR ignorar
884 as demandas dos segmentos citados pelo Conselheiro, que, em sua maioria,
885 são negros; se não há condições de absorver esses segmentos para esta
886 Conferência, que se faça um pacto para contemplá-las nas próximas.
887 Subsecretário **Martvs**, considerando o que estava posto no debate sobre a
888 incorporação ou não dessas comunidades já para a II CONAPIR, disse que a
889 SEPPIR, com a ajuda do MDS, poderia incorporar essa demanda, passar a
890 dialogar e a conhecer melhor esses segmentos, para que na próxima
891 Conferência eles participem. Para tanto, perguntou se o Conselheiro **Aderval**
892 mantinha sua proposta. O Conselheiro respondeu afirmativamente e
893 argumentou, se assim não fizesse, estaria faltando com seu compromisso com
894 a Comissão desses segmentos que coordena. Por oportuno, lembrou que
895 esses segmentos já conseguiram espaços na Secretaria de Direitos Humanos,
896 na Secretaria da Juventude e na Conferência Nacional de Segurança
897 Alimentar. Diante do dissenso, o Subsecretário colocou as duas propostas para
898 votação. **Proposta 1: manter o texto como está na planilha. Proposta 2:**
899 **modificar e incorporar na planilha 60 vagas para serem distribuídas a 15**
900 **segmentos (4 vagas cada) dos que estão contemplados nas comunidades**
901 **tradicionais da II CONAPIR, e que a SEPPIR incorpore nas suas funções**
902 **o atendimento a essas comunidades. Venceu a Proposta 1 com 21 votos,**
903 **e a Proposta 2 teve 6 votos.** Foi sugerido e acatado pelo Pleno, a inclusão
904 dessas comunidades nas vagas dos convidados. Subsecretário **Martvs** passou
905 então a conduzir o processo de definição dos convidados e explicou que a
906 questão era saber se a SEPPIR tinha condições de incorporar outros
907 segmentos das comunidades tradicionais. Disse que havia 50 vagas para as
908 universidades, 15 para as embaixadas, 20 para o Ministério Público, 25 para o
909 Congresso Nacional, 30 para artistas e 30 para intelectuais. **O Plenário**
910 **debateu, apresentou propostas e aprovou: a) reduzir o número de**
911 **convidados para: 40 universidades, 15 embaixadas, 18 Ministério Público,**
912 **25 Congresso Nacional, 20 artistas e 25 intelectuais; b) disponibilizar as**
913 **27 vagas de convidados para a Comissão de Povos e Comunidades**
914 **Tradicionais.** Concluída essa parte, foi considerado **aprovado o Regimento**
915 **da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.** O

916 Subsecretário **Martvs** agradeceu a todos, desejou aos Conselheiros um bom
917 trabalho e retirou-se. **7.2. APRESENTAÇÃO DO TEXTO-BASE DA II**
918 **CONAPIR** – Apresentação: **Giovanni Harvey**, Subsecretário de Políticas de
919 Ações Afirmativas. Primeiramente, informou que estavam acontecendo duas
920 ações muito importantes: a negociação com o Ministério do Trabalho e com o
921 MEC, com vistas ao edital do trabalho doméstico cidadão; e o encerramento do
922 Simpósio Internacional sobre Anemia Falciforme, promovido pela Organização
923 Pan-Americana de Saúde, na qual o Brasil é apontado como um país de
924 referência nessas ações. Depois, passou a apresentar o Texto-base da II
925 CONAPIR, dizendo que: estava sendo distribuído o Texto-base da 1ª
926 CONAPIR e o da II CONAPIR, que ainda não está fechado; o Texto-base da II
927 CONAPIR é para ser debatido; e que apresentaria um comparativo entre os
928 dois documentos. Dito isso, referiu-se ao PLANAPIR que, embora não tenha
929 sido publicado orientou a gestão e permitiu uma interlocução proveitosa com
930 outros Ministérios e com a Sociedade Civil. Em relação ao Texto-base da II
931 CONAPIR, fez referência aos temas prioritários como segurança pública,
932 justiça, quilombos, educação, trabalho e renda, e saúde. É um texto que servirá
933 de base para os debates nas Conferências Regionais e na Nacional. Atualiza
934 as vertentes que foram objeto de análise no primeiro texto-base, incorpora um
935 balanço do que foi feito nesses três anos, para que a sociedade possa discutir
936 à luz dessa realidade . Lembrou que é um documento centrado em vertentes,
937 sendo a primeira baseada na análise da realidade brasileira a partir da Política
938 Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A segunda vertente é baseada nos
939 impactos das políticas de igualdade racial, implementadas a partir da
940 estruturação do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial
941 nos estados e municípios. A terceira vertente está focada nos temas prioritários
942 da SEPPIR, já mencionados anteriormente. Disse que o tema habitação não
943 está colocado, mas é um tema que orienta as políticas de quilombos, que se
944 torna evidente através de ações feitas para reconhecer as terras dessas
945 comunidades. A quarta vertente é o compartilhamento da agenda nacional com
946 o Plano de Ação de Durban. A quinta vertente diz respeito ao controle social.
947 Explicou, ainda, que os Conselheiros deveriam ler com atenção e criticamente.
948 As contribuições deveriam ser encaminhadas por internet ou pelo correio até o
949 dia 15 de outubro de 2008. Conselheiro **Aderval Costa** lembrou que o

950 Plenário deliberara pela inclusão do tema “**desenvolvimento sócio-ambiental**”
951 e propôs formular um texto a respeito desse assunto e encaminhar até o dia 15
952 de outubro. **Encaminhamento: a) os Conselheiros lerão o texto-base e, se**
953 **tiverem contribuições, encaminharão pelo correio ou pelo e-mail**
954 **oraida.abreu@planalto.gov.br. b) incorporar nos temas prioritários o**
955 **“desenvolvimento sócio-ambiental”, sendo de responsabilidade do**
956 **Conselheiro Aderval a formulação de um texto sobre esse tema e com**
957 **encaminhamento à SEPPIR até o dia 15 de outubro. ITEM 6 - PLANO**
958 **NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – PLANAPIR –**
959 **Apresentação: Giovanni Harvey, Subsecretário de Políticas de Ações**
960 **Afirmativas, discorreu sobre o PLANAPIR, dizendo ser um plano que segue à**
961 **risca as orientações da 1ª CONAPIR e envolve também os Ministérios. Essa**
962 **intersectorialidade, e também a transversalidade, apresenta muitas vantagens,**
963 **mas é muito frágil, em razão de ser uma construção nova. Reconheceu que se**
964 **trata de um desafio, principalmente porque no inconsciente coletivo há uma**
965 **idéia de que negros, ciganos, palestinos, ou seja, as comunidades tradicionais,**
966 **não são capazes. Desta forma, asseverou que estavam construindo a história,**
967 **a transversalidade e a intersectorialidade são um processo a ser construído a**
968 **longo prazo. Por isso, a missão da SEPPIR é desenvolver políticas de**
969 **promoção de igualdade racial, que significa a inclusão de todos os setores na**
970 **égide da cidadania com o orçamento de todos os ministérios. Concluiu dizendo**
971 **que o PLANAPIR é para ser lido, discutido e, se necessário, aperfeiçoado e as**
972 **contribuições encaminhadas pela internet. O Plenário interveio para chamar a**
973 **atenção para a página da SEPPIR, que estava desatualizada. A mesa**
974 **comprometeu-se a tomar as providências necessárias para atualizá-la,**
975 **informando, inclusive, que houve a contratação de dois jornalistas. A seguir,**
976 **passou a mostrar como o texto do PLANAPIR foi estruturado. Disse que**
977 **contém: a apresentação, que trata dos objetivos, das metas e estratégias; o**
978 **Decreto, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial para a formulação do**
979 **PLANAPIR; referências sociais e políticas; Política Nacional de Promoção da**
980 **Igualdade Racial, privilegiando a transversalidade, a descentralização e a**
981 **gestão democrática. Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial**
982 **(CNPIR); Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR);**
983 **1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (1ª**

984 CONAPIR), resultando em onze linhas de atuação como trabalho e
985 desenvolvimento econômico, educação, saúde, diversidade cultural, direitos
986 humanos e segurança pública, comunidades remanescentes de quilombos,
987 povos indígenas, comunidades tradicionais de terreiro, política internacional,
988 desenvolvimento social e segurança alimentar, infra-estrutura; agenda
989 estratégica, estrutura programática. Essas linhas envolvem os Ministérios
990 Públicos e órgãos do Poder Executivo que possuem ações transversais,
991 intersetoriais, focadas e universalizantes, quais sejam: Secretaria Especial de
992 Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Geral da Presidência da
993 República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Secretaria Especial de
994 Políticas para as Mulheres, Ministério da Educação, Ministério da Justiça,
995 Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento
996 Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério
997 do Trabalho e Emprego, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da
998 Cultura, Ministério das Minas e Energia, Ministério da Ciência e Tecnologia,
999 Ministério das Comunicações, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do
1000 Esporte, Ministério da Integração Nacional, e Ministério da Previdência Social.
1001 Disse que todos esses órgãos públicos têm orçamento e programas voltados
1002 para a promoção da igualdade racial. Assim, é necessária essa articulação
1003 intersetorial para otimizar os recursos e para que as ações desenvolvidas
1004 atendam os objetivos propostos. Concluiu enfatizando que o PLANAPIR
1005 precisa da leitura e das contribuições do controle social. **Encaminhamento: os**
1006 **Conselheiros lerão o texto do PLANAPIR e, se houver contribuições,**
1007 **deverão ser encaminhadas via correio ou internet, pelo e-mail**
1008 **oraída.abreu@planalto.gov.br até o dia 15 de outubro de 2008. ITEM 9- 20**
1009 **DE NOVEMBRO – DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA –**
1010 Apresentação: Ministro de Estado Chefe da SEPPIR, **Edson Santos**. Iniciou
1011 cumprimentando os Conselheiros e justificando que sua ausência deveu-se a
1012 uma agenda fora de Brasília. Destacou a importância do Conselho como órgão
1013 que traduz a opinião da sociedade civil para o poder público. Defendeu uma
1014 interlocução civilizada do gestor com o controle social, no trato das questões
1015 polêmicas, para que o Brasil ganhe maturidade no que se refere ao tema da
1016 igualdade racial. Apontou como grande desafio a participação, que é uma das
1017 marcas da SEPPIR, a transversalidade e a intersetorialidade consubstanciadas

1018 no Conselho. Considerou que cada um tem experiência de vida e concepções
1019 diferenciadas em relação à sociedade, mas que não impede chegar a uma
1020 síntese de opinião média em relação às ações desenvolvidas pela SEPPIR.
1021 Desejou ver o Conselho cada vez mais fortalecido e que os dissensos sejam
1022 encarados com espírito público e contribuam para a consolidação da igualdade
1023 racial. A seguir, fez referência ao evento de 20 de novembro, que comemora o
1024 Dia Nacional da Consciência Negra, que ocorrerá no Rio de Janeiro, em razão
1025 de lá ter havido uma vitória muito significativa para o movimento, que foi a
1026 anistia de João Cândido. Essa anistia, explicou, simboliza um novo tratamento
1027 do Estado para com os protagonistas da Revolta da Chibata. Agora, como
1028 anistiado, a estátua irá para a Praça XV. Convidou a todos para o ato de
1029 colocação da estátua e disse que a data escolhida objetiva juntar a Revolta da
1030 Chibata, que é comemorada em 22 de novembro, e o Dia de Zumbi, em 20 de
1031 novembro. Haverá show de João Bosco, Aldir Blanc e Martinho da Vila.
1032 Também informou que o Presidente Lula, possivelmente, estará presente
1033 nessa solenidade e há intenção que ele tenha um encontro com um grupo de
1034 marinheiros anistiados e lideranças religiosas de matriz africana, com o objetivo
1035 de dar prosseguimento à discussão e à participação do Governo na luta contra
1036 a intolerância religiosa. Por último, fez alusão à passeata com dez mil pessoas,
1037 no Rio de Janeiro, quando saiu o compromisso de um encontro de líderes
1038 religiosos com o Presidente da República. Conselheira **Neusa Maria**, informou
1039 que no Rio Grande do Sul, seu estado de origem, o movimento social
1040 organizado e o movimento negro conseguiram, há dois anos, pôr a estátua de
1041 João Cândido na frente do Grupo Hospitalar Conceição e, em 18 de agosto
1042 deste ano, foi colocado, no Parque Marinha do Brasil, um busto. Registrou o
1043 orgulho que sentia em saber que no Rio de Janeiro, a história, enfim, fez justiça
1044 a um conterrâneo seu e um herói da nação. Conselheira **Ana José** falou do
1045 prazer de rever o Ministro, que estivera recentemente no seu estado, Mato
1046 Grosso do Sul, que também tem uma história e reconhece, dentre os muitos,
1047 os dois grandes líderes negros: **Zumbi e João Cândido**. O item referente às
1048 Comissões da II CONAPIR, serão apreciados na **próxima reunião, de 9 e 10**
1049 **de dezembro**. Na seqüência, solicitou que o Plenário fizesse a indicação de
1050 um representante para participar do 2º Congresso Mundial de Enfrentamento
1051 da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que ocorrerá de 25 a 28 de

1052 novembro de 2008, no Rio de Janeiro. Conselheiro **Ari Antônio dos Reis**
1053 indicou o nome de sua suplente, irmã **Maria do Carmo**, . A Conselheira
1054 **Jacinta Maria** candidatou-se a vaga, justificando que realiza um trabalho com
1055 as crianças de 6 a 10 anos na periferia de São Luís/MA. Como houve duas
1056 indicações, a mesa prontificou-se a verificar a possibilidade de ter um titular e
1057 um suplente. **Aprovado a representante dos APN's na titularidade e da**
1058 **CNBB na suplência para participar do 2º Congresso Mundial de**
1059 **Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que**
1060 **ocorrerá no Rio de Janeiro, de 25 a 28 de novembro de 2008.** Ministro
1061 **Edson Santos** despediu-se dizendo que o desafio é tornar realidade tudo o
1062 que foi debatido e garantir efetivamente a participação da sociedade civil nos
1063 destinos da nação. Conselheira **Maria Helena** agradeceu a presença do
1064 Ministro à reunião e disse estar orgulhosa de ter a oportunidade, enquanto
1065 representante dos povos indígenas, de participar desses momentos de troca de
1066 conhecimento. Na sequência a reunião foi encerrada com os agradecimentos
1067 da Secretária Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**.

1068

1069